

Congresso procura um modo de conter galeria

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A pressão exercida pelas galerias sobre o plenário do Congresso está preocupando senadores e deputados, que tentam descobrir fórmulas para evitar que elas paralise suas atividades ou mudem seu próprio voto, ao sabor de suas conveniências e paixões.

A atuação do agressivo lobby dos vereadores em luta pelo aumento de seus subsídios trouxe o problema, de novo, à tona, principalmente diante da tentativa de agressão física ao deputado José Machado (PDS-MG), que se pronunciou contra seus interesses.

A preocupação com as galerias é antiga. No governo João Figueiredo, durante sessões em que se apreciavam matérias polêmicas, podiam ser identificados, ali, policiais ou recrutas das Forças Armadas para contrabalançar a torcida do MDB. Na última gestão de Flávio Marçílio na presidência da Câmara, ele chegou a examinar restrições ao acesso de populares ao prédio e a pedir ao arquiteto Oscar Niemeyer que estudasse a colocação de uma divisória de vidro para impedir que os gritos das galerias impedissem a realização de sessões. Ou que de lá, em votações importantes, fossem jogados pedaços de poltrona e até canivete, como aconteceu ao então líder do MDB, Freitas Nobre, durante a votação da anistia. A idéia não foi em frente por falta de interesse do Senado. Naquela época, o PMDB tinha as galerias a seu favor porque combatia o governo militar.

Agora, com a Nova República, o quadro mudou. O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, é também presidente do PMDB e experimentou as dificuldades decorrentes de uma postura demasiado liberal no tocante à matéria. As galerias continuam a influir nos trabalhos de plenário, como se viu dos gritos e provocações de alguns vereadores, estimulados pelo deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS).

Há mais. O deputado Múcio Ataíde (PMDB-RO), que está em campanha para o governo do Distrito Federal — quando eleição houver para governador do Distrito Federal —, sempre que vai à tribuna traz sua claque em ônibus alugados por ele para garantir os aplausos "espontâneos" das galerias. Não inova nesse ponto porque, antes do regime militar, o ex-deputado José Bonifácio, então na UDN e na oposição ao governo João Goulart, costumava trazer soldados para as galerias com a finalidade de neutralizar a claque do presidente da República.

O ex-presidente do Senado, Luís Vianna Filho (PDS-BA), já se preocupa, antecipadamente, sobre como se-

rá votada a próxima Constituição se não for equacionado o problema de manifestação e ação das galerias. Ele chegou a conversar sobre o assunto com o senador Nelson Carneiro (RJ), que defende votação secreta das disposições transitórias da futura Carta Magna, onde geralmente são inseridos benefícios a determinadas categorias funcionais e sociais.

....Tudo, segundo ele, "depende da fisionomia que terá a Constituinte que for eleita. Ela poderá ser até insensível à claque. Se as disposições que beneficiam determinadas categorias forem votadas em escrutínio secreto, teremos escapado da influência da claque. O Congresso é casa do povo e deve ficar aberto ao povo. A galeria deve respeitar o plenário e evitar tumultuar os trabalhos", diz ele após 35 anos de atividade parlamentar.

"Foi lamentável o que vimos nos últimos dias. Isto não interessa à democracia, que tanto precisa do Legislativo", opinou o deputado Pratin de Moraes (PDS-RS). "Por que ninguém dá uma palavra nas galerias dos tribunais superiores? Porque há um consenso de que é necessário respeito ao recinto onde se administra a justiça", disse ontem Jutahy Magalhães (PFL-BA).

A seu lado, José Penedo (PFL-BA) condenava a ação das galerias: "Não se vota nada. É a capitulação, a desmoralização do plenário ante a galeria". "Quanto mais pressão se fizer, pior. Voto contra. Agora a agressão física a deputado não se pode aceitar. Temos de expulsar o agressor, pela força, e entregá-lo à polícia", opina Del Bosco Amaral (PMDB-SP).

Um dos mais rigorosos críticos do governo militar, Artur Virgílio (PMDB-AM), em seu primeiro mandato, diz não temer a impopularidade por se insurgir contra o aumento dos vereadores: "Se não tiver de ser reeleito, ou se for guindado a outro posto, será por minhas posições e não por minhas omissões." O representante amazonense é categórico: "O Congresso não pode admitir esse tipo de pressão de uma corporação a favor de seus interesses. Porque, senão, na semana seguinte, outra corporação o pressionará para que vote exatamente o contrário".

Lustosa da Costa